



### Organização Comunitária da Juventude do Beira Amazonas, Amazônia - Amapá - Brasil<sup>1</sup>

Raimunda Kelly Silva Gomes<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Grupo de Integração Socioambiental e Educacional  
(GISAE)

<https://orcid.org/0000-0003-4653-4000>

Alvaro dos Reis Maciel<sup>3</sup>

Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Grupo de Integração Socioambiental e Educacional  
(GISAE)

<https://orcid.org/0009-0000-7892-6370>

Emanuelle Maria Gomes Castro<sup>4</sup>

Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Grupo de Integração Socioambiental e Educacional  
(GISAE)

<https://orcid.org/0000-0003-3107-1963>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender os saberes socioambientais e suas conexões com a Educação ambiental no Grupo de Trabalho (GT) da Juventude na comunidade de São Tomé do Macacoari no território do Beira Amazonas - Amapá. A pesquisa pautou-se no estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa. As principais etapas deste estudo consistiram na: observação direta, aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas com os representantes da comunidade de São Tomé do Macacoari e GT da Juventude do Protocolo comunitário do Beira Amazonas. O Protocolo Comunitário do Beira Amazonas, criado com a união das lideranças comunitárias, atua como ferramenta de luta por políticas públicas, defesa territorial e bem-viver ribeirinho. Com o protagonismo da juventude, o protocolo trouxe parceria com a cooperativa Amazonbai, participação nas discussões de políticas públicas, sustentabilidade e educação ambiental nas comunidades ribeirinhas da Amazônia amapaense.

**Palavras-chave:** Amazônia. Protocolo Comunitário. Juventude. Sustentabilidade. Educação Ambiental.

<sup>1</sup> Recebido em: 30/11/2024. Aprovado em: 15/02/2025.

<sup>2</sup> Doutora em educação pela Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Educação Ambiental, saberes socioambientais, planejamento ambiental, educação do campo, zoneamento ecológico econômico, atuando em territórios Amazônicos. Atualmente é docente da Universidade do Estado do Amapá, curso de licenciatura em Pedagogia, é líder do grupo de pesquisa de integração socioambiental e educacional na Amazônia amapaense. Email: [rkellysgomes@yahoo.com.br](mailto:rkellysgomes@yahoo.com.br)  
Raimunda.gomes@ueap.edu.br

<sup>3</sup> Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Cristã da Amazônia (FCA). Graduando na Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: [junioralvaroreismaciel@gmail.com](mailto:junioralvaroreismaciel@gmail.com).

<sup>4</sup> Licenciada em Ciências Naturais pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: [emanuelleg35@gmail.com](mailto:emanuelleg35@gmail.com)

## **Organização Juvenil Comunitária de Beira Amazonas, Amazonas - Amapá - Brasil**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comprender los conocimientos socioambientales y sus conexiones con la educación ambiental en el Grupo de Trabajo de Jóvenes (GT) en la comunidad de Santo Tomé do Macacoari en el territorio de Beira Amazonas - Amapá. La investigación se basó en el estudio de caso, con un enfoque cualitativo-cuantitativo. Las principales etapas de este estudio consistieron en: observación directa, aplicación de cuestionarios semiestructurados y entrevistas con representantes de la comunidad de Santo Tomé do Macacoari y del Grupo de Trabajo de Juventud del Protocolo Comunitario Beira Amazonas. El Protocolo Comunitario Beira Amazonas, creado con la unión de líderes comunitarios, actúa como herramienta para la lucha por las políticas públicas, la defensa del territorio y el bienestar de la ribera. Con el protagonismo de la juventud, el protocolo trajo una alianza con la cooperativa Amazonbai, participación en discusiones de políticas públicas, sostenibilidad y educación ambiental en las comunidades ribereñas de la Amazonía de Amapá.

**Palabras-clave:** Amazonas. Protocolo comunitario. Juventud. Sostenibilidad. Educación Ambiental.

## **Community Youth Organization of Beira Amazonas, Amazon - Amapá - Brazil**

**Abstract:** This article aims to understand the socio-environmental knowledge and its connections with environmental education in the Youth Working Group (WG) in the community of São Tomé do Macacoari in the territory of Beira Amazonas - Amapá. The research was based on the case study, with a qualitative-quantitative approach. The main stages of this study consisted of: direct observation, application of semi-structured questionnaires and interviews with representatives of the community of São Tomé do Macacoari and the Youth Working Group of the Beira Amazonas Community Protocol. The Beira Amazonas Community Protocol, created with the union of community leaders, acts as a tool for the struggle for public policies, territorial defense and riverside well-being. With the protagonism of youth, the protocol brought a partnership with the Amazonbai cooperative, participation in discussions of public policies, sustainability and environmental education in the riverside communities of the Amapá Amazon.

**Keywords:** Amazon. Community Protocol. Youth. Sustainability. Environmental Education.

## **INTRODUÇÃO**

É preciso pensar que a Educação Ambiental (EA) em sua essência precisa ter representatividade coletiva e libertária, tornando os indivíduos protagonistas de suas próprias formações. A partir dos pilares de uma EA freiriana, concordamos com Loureiro (2011, p. 73) quando afirma que “a EA é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”. Ressalta-se que os movimentos sociais são parte deste processo, ao exercerem uma função democratizadora que busque a construção de uma cultura participativa, como elemento propulsor da consciência ambiental, uma vez que a EA integra a diversidade de saberes e cultura, a exemplo, das

comunidades ribeirinhas amazônicas que vivem do seu trabalho e com ele produzem práticas cooperadas e diversificadas de uso e ocupação do território.

De acordo com Diegues (2000) o mito de que a natureza deve manter-se intocada, como espaço desabitado, livre de qualquer intervenção da humanidade, pode ser oriundo dos países ditos industrializados que acreditam numa natureza intocada, que se confronta com outros mitos e símbolos existentes nas populações locais que vivem em áreas protegidas que desenvolveram um modo de vida que respeita os ciclos da natureza tão importantes para sua sobrevivência.

As lutas coletivas dos movimentos sociais, explicitam que as organizações comunitárias reeducam o pensar a educação ambiental, então práxis sociais para a cidadania, o que nos lembra a pedagogia do oprimido de Paulo freire, a qual propõe nos reeducar para uma compreensão pedagógica dos fatos, ao apontar que os oprimidos são sujeitos da educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura.

Desta maneira, como educadores socioambientais devemos compreender que as populações tradicionais do Beira Amazonas ao discutirem seus protocolos comunitários, se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos e políticos.

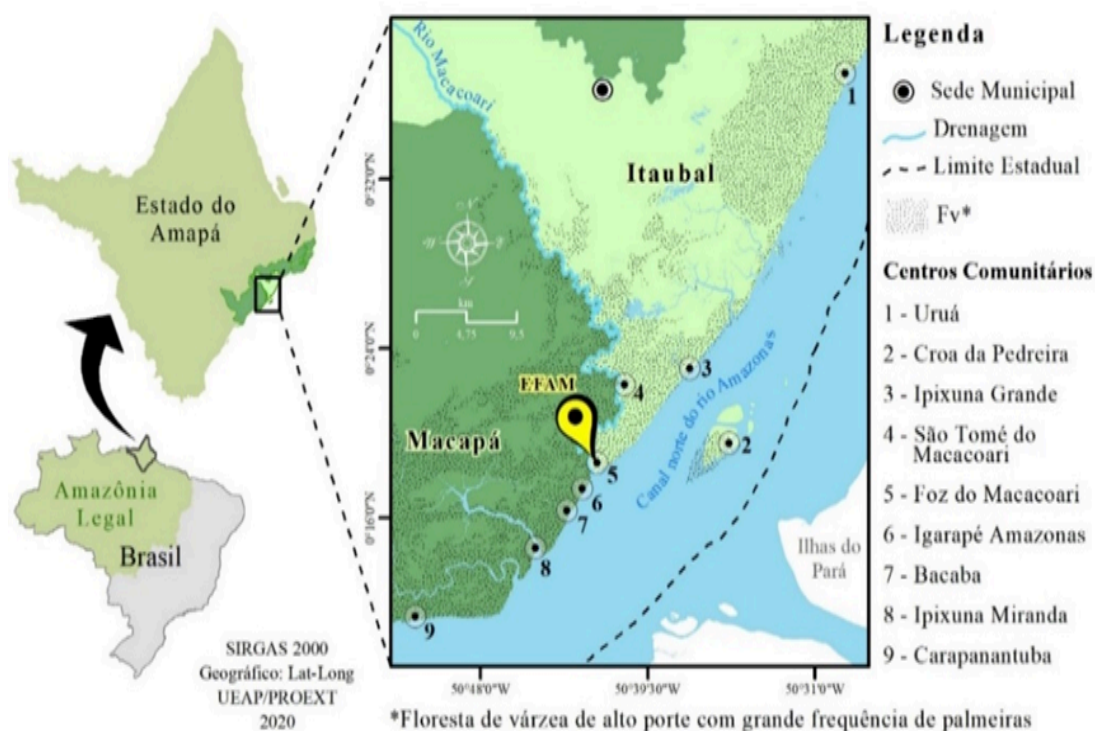
Precisamos lembrar que a EA integra a esfera política de decisões comuns, já que a inserção concreta na defesa ou disputa pelos bens ambientais, adquirem uma dimensão pedagógica no momento em que instituem espaços efetivos de questionamentos, encontros, confronto e negociação entre projeto político, universo cultural e interesses sociais diferentes (Boff, 2016; Carvalho, 2012; Loureiro, 2011).

Nesse sentido, os protocolos comunitários buscam a construção coletiva não só como um documento norteador, como previsto no Protocolo de Nagoya (tratado internacional que regulamenta o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização, considerado um instrumento internacional da Convenção sobre Diversidade Biológica), em que a democracia, assume em sua essência, um espaço pedagógico coletivo. Partindo desse pressuposto, este artigo tem como objetivo compreender os saberes socioambientais e suas conexões com a Educação ambiental no Grupo de Trabalho (GT) da Juventude na comunidade de São Tomé do Macacoari no território do Beira Amazonas que pertence ao município de Itaubal, no estado do Amapá.

## ÁREA DE ESTUDO

O Beira Amazonas é constituído de aproximadamente 200 moradores representados pelas nove comunidades (Carapanatuba, Ipixuna Miranda, Bacaba, Igarapé Amazonas, Croa da Pedreira, Foz do Macacoari, São Tomé do Macacoari, Ipixuna Grande e Uruá), as quais compõem o protocolo comunitário. O território do Beira Amazonas se localiza à margem direita do rio Macacoari, no município de Itaubal, na porção sudeste do Estado do Amapá (Figura 1).

Figura 1: Localização das Comunidades do protocolo comunitário do Beira Amazonas - Itaubal - AP.



Fonte: Elaborado por Almeida (2020).

A comunidade de São Tomé Macacoari, fica situada a cerca de 65 km de Macapá, Amapá, Brasil. Tendo acesso apenas de transporte fluvial, de catraio (pequena embarcação amazônica usada pelos ribeirinhos) leva cerca de quatro horas de viagem para chegar na localidade e de voadeira são duas horas de viagem (figura 2).

Figura 2: Comunidade de São Tomé do Macacoari - Itaubal - AP.



Fonte: Santos (2024).

Outra forma de acesso à comunidade, é o deslocamento de carro de Macapá até a comunidade de Lontra da Pedreira em média de 50min, e de voadeira em média de 1h30min de viagem do Lontra da Pedreira até a localidade de São Tomé do Macacoari (Gomes e Calado, 2022; Sousa, 2023).

A comunidade de São Tomé do Macacoari, está inserida no protocolo comunitário do Beira Amazonas, é um documento construído com a união das lideranças comunitárias da região do Beira Amazonas, com objetivo de unir forças para a luta pelos seus direitos, políticas públicas e preservar os conhecimentos culturais e tradicionais das comunidades tradicionais (Nobre, 2023).

A principal economia da comunidade é o extrativismo de açaí, agricultura familiar e a pesca artesanal, que em sua maioria são utilizadas para a subsistência das famílias e o açaí como base de geração de renda.

Em relação às festividades, existe a religiosa do padroeiro São Tomé, que ocorre no mês de dezembro, por meio de uma ação que a igreja católica realiza. Sendo assim, os fiéis se encontram na igreja e saem em procissão (romaria) nas residências dos devotos. No dia da festa, ocorrem os leilões e almoço comunitário em comemoração ao santo padroeiro da comunidade.

Enquanto o festival do açaí, geralmente realizado no segundo final de semana de julho, que em 2024 completou sua 29ª edição, com atividades culturais voltadas especialmente aos torneios esportivos, como: futebol, corrida de rabeta, corrida de casco, prova de escaladas em peconha, técnica usada para subir na árvore de açaí (conhecida como "prova do macaco"), competições do maior e menor cacho de açaí e a

"prova da gula", que consiste em uma disputa para ver quem consome mais açaí. E por fim, ocorre a disputa pelo mister e miss açaí do festival seguida de uma festa de aparelhagem (festa dançante que ocorre nas comunidades ribeirinhas da região).

## **METODOLOGIA**

Este estudo fundamenta-se em um estudo de caso, pois busca compreender os saberes de uma realidade específica no contexto particular dos jovens que participaram do GT da juventude da comunidade de São Tomé do Macacoari, o que para Yin (2010) pode contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais e sociais da realidade existente.

O estudo de caso identifica características significativas da vida real, e compreende os limites e o contexto dos fatos pesquisados (Alves-Mazzotti, 2006; Alves-Mazzotti; Gewandsnajder, 2000; Chizzotti, 2006).

A pesquisa baseia-se numa abordagem quali-quantitativa, o que para Oliveira (2010), os diversos significados da pesquisa qualitativa, destaca-se o processo de reflexão, a análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em um determinado contexto histórico, uma vez que a investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os sujeitos da pesquisa, o que para Flick (2009) é levar a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo, principalmente em estudos de casos.

Esta pesquisa fundamentou-se nas concepções Leff (2021) ao considerar a relação ambiente e sociedade como elementar para a compreensão da racionalidade ambiental em que as representações sociais são basilares para a formação de educadores socioambientais consciência ambiental na formação cidadã dos sujeitos enquanto coletivo social, o que se conecta com as concepções de Santos (2019) ao considerar na ecologia de saberes, o diálogo como o caminhos para as lutas sociais, e para a sustentabilidade da relação ambiente e sociedade.

Portanto as contribuições, promovendo a participação, o diálogo e a corresponsabilização entre vários atores sociais, revelando diferentes percepções, tendências e conflitos socioambientais locais. Sendo assim, as técnicas de pesquisa definida neste estudo pautaram nas seguintes etapas: 1) levantamentos bibliográficos; 2) aplicação de questionário semiestruturados com 20 famílias, na qual os jovens dessas famílias participaram do GT da Juventude; e 3) entrevistas com os representantes da

comunidade São Tomé do Macacoari e do GT da Juventude do Protocolo comunitário do Beira Amazonas.

E por fim, os dados quantitativos foram tratamento estatístico dos dados coletados foram trabalhados em tabelas na planilha eletrônica do Excel da Microsoft, no programa Grapher foram gerados os gráficos e o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) para tabulação dos dados para discussão dos resultados. Enquanto que as informações qualitativas foram transcritas e inseridas numa base de dados para análise das representações sociais dos colaboradores da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Perfil socioeconômico dos moradores da comunidade de São Tomé do Macacoari

Foram entrevistadas 20 famílias, as quais totalizam aproximadamente 80 pessoas. Ao analisarmos a distribuição de gênero na comunidade de São Tomé do Macacoari, identificamos que 50% (n=40) da população é feminina, 48,8% (n=39) masculina e 1,2% (n=1) se identificando como LGBTQIAPN+, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1: Perfil socioeconômico da comunidade de São Tomé do Macacoari.

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS (N=20)			
Variável por pessoas (N=80)		Porcentagem (%)	Nº amostral
GÊNERO	Feminino	50,0	40
	Masculino	48,75	39
	LGBTQIAPN+	1,25	1
IDADE	0 - 6 anos	12,5	10
	7 - 13 anos	13,75	11
	14 - 20 anos	18,75	15
	21 - 27 anos	17,5	14
	28 - 34 anos	7,5	6
	35 - 41 anos	22,5	18
	>= 42 anos	7,5	6
ESTADO CIVIL	Solteiro	55,0	44
	Casado	20,0	16
	Amasiado	22,5	18
	União estável	2,5	2
ESCOLARIDADE	Não alfabetizado	8,75	7
	Ensino infantil	5,0	4
	Ensino fundamental incompleto	46,25	37
	Ensino fundamental completo	8,75	7
	Ensino médio incompleto	11,25	9
	Ensino médio completo	16,25	13
	Ensino superior incompleto	2,5	2
	Ensino superior completo	1,25	1

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A maioria dos moradores entrevistados são solteiros, representando 55,0% da amostra (n=44). Indivíduos casados correspondem a 20,0% (n=16), enquanto 22,5% (n=18) se identificam como amasiados e 2,5% (n=2) vivem em união estável.

No que se refere ocupação das famílias pesquisadas é o sistema de agrofloresta (45%, n=9), que corresponde ao extrativismo, agricultura de subsistência, seguido da pesca artesanal (5%, n=1) e 50% (n=10) do extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea*). Ressalta-se que a cadeia produtiva do açaí ganha destaque devido, o maior valor de aquisição no mercado, e consequentemente a principal fonte de gerar renda das famílias, em especial nas comunidades ribeirinhas da Amazônia amapaense, o que para Gomes e Calado (2022), são reflexos da dinâmica social e econômica de base comunitária na região. Em paralelo, Lima (2019), afirma que essas atividades formam a base econômica de muitas comunidades ribeirinhas, as quais são essenciais para garantir a sobrevivência dos moradores, mesmo em contextos de baixa renda e infraestrutura limitada. Lima destaca que essas atividades não só têm valor econômico, mas também social e cultural, mantendo a conexão da comunidade com o meio ambiente e suas tradições.

No que se refere à renda, 35% (n=7) das famílias entrevistadas ganham inferior a um salário-mínimo, enquanto 65% (n=13) recebem entre 1 e 2 salários-mínimos. Estes resultados, demonstram a vulnerabilidade socioeconômica, indicando a necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento econômico e a geração de renda, o que reafirma as ponderações de Gomes, Ferreira e Sousa (2019) ao ressaltar que no arquipélago do Bailique a vulnerabilidade social se mostra de forma paradoxal com as potencialidades naturais.

Quanto à assistência social, a maioria das famílias 65% (n=13) recebem benefícios do governo por meio do programa Bolsa Família, um indicador da situação socioeconômica vulnerável em que a comunidade se encontra. De acordo com Oliveira (2021), a alta dependência de programas de assistência social, como o Bolsa Família, reflete não apenas a pobreza estrutural, mas também a falta de oportunidades de emprego formal e o acesso limitado a serviços básicos, como educação e saúde.

De acordo com a tabela 1, ao analisarmos a escolaridade dos comunitários, identificamos que 8,75% (n=7) não são escolarizados, enquanto 16,25% (n=13) possui o ensino médio completo e apenas 1,25% (n=1) possui o ensino superior completo. Esses resultados, estão relacionados a dificuldade de acesso à escola, principalmente nas



comunidades ribeirinhas da Amazônia Amapaense, o que contribuem para os baixos níveis de escolaridades, pois ir para o ensino médio ou ensino superior ainda não é uma realidade da juventude da área deste estudo, o que para as lideranças da comunidade de São Tomé representa:

A educação dentro da comunidade, numa escala de nota de zero a dez, avaliada com nota cinco, são muitos os fatores que posso elencar, como: a infraestrutura escolar precária, com recursos limitados e materiais inadequados, afeta diretamente a qualidade da educação. A falta de professores qualificados e o déficit de profissionais de apoio, como coordenadores pedagógicos, psicólogos, fonoaudiólogos, e outros especialistas, prejudicam o acompanhamento adequado dos alunos, especialmente daqueles com necessidades especiais. Muitos alunos precisam ajudar nas atividades de subsistência, como a colheita de açaí, o que impacta sua frequência e desempenho escolar. (Colaborador 01).

De acordo com os relatos a infraestrutura das escolas é um fator crucial que influencia nos baixos níveis de escolaridade, bem como a ausência de professores e demais profissionais para atender as necessidades educacionais, o que para Gomes e Calado (2020), está relacionado a rotatividade dos professores, as dificuldades de acesso, bem como a oferta de serviços e infraestrutura inadequada das unidades educacionais. Além disso, podemos destacar a ausência de um currículo que dialogue com a realidade das comunidades ribeirinhas, respeitando os ciclos produtivos e a disponibilização de um calendário para atendimento das especificidades do território.

Por outro lado, os dados do INEP (2023) sobre o ensino médio nas escolas rurais do estado do Amapá, evidencia-se que 47,9% não estão na idade certa, especialmente os alunos que ingressam na 1ª série do ensino médio, devido às dificuldades de acesso e o processo de nucleação de oferta desta modalidade de ensino que ainda é uma carência nas áreas mais longínquas da Amazônia amapaense. Além disso, nas áreas rurais, devido à distância das escolas, a falta de transporte e a necessidade de correlacionar o trabalho e a educação como espaços de aprendizagem, pois os estudantes possuem a necessidade de trabalhar para ajudar suas famílias.

Além disso, a taxa de evasão no ensino médio, é frequentemente mais alta em áreas rurais, devido à ausência de um calendário escolar que dialogue com as cadeias produtivas e os períodos de colheitas e plantios dos territórios, dificuldade de acesso à escola (distâncias muito longas), ausência de merenda escolar, disponibilidade de material didático e rotatividade docente.

Portanto, podemos considerar que o estado do Amapá, assim como em outras regiões do Brasil, é marcado por desigualdades, em que as disparidades entre áreas urbanas e rurais são evidentes. Essa desigualdade reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade na educação, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua localização, tenham acesso a uma educação de qualidade, que promova uma educação inclusiva e com equidade socioeducacional.

A luta por uma educação que represente seus modos de vida, é desafiador, pois pensar a educação a partir das relações sociedade-natureza e pelo direito à vida, trabalho, território, cultura, identidade e ao reconhecimento identitário, são lutas pelo direito a uma educação sob a perspectiva de uma Ecologia Popular ou Ecologismo dos Pobres, definido por Martinez-Alier (2007) como “o ativismo de mulheres e homens pobres ameaçadas (os) pela perda das riquezas naturais e serviços ambientais de que necessitam para continuar existindo”.

Logo, é preciso pensar que a Educação Ambiental (EA) em sua essência precisa ter representatividade coletiva, uma vez que:

A EA é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (Loureiro; Layrargues; Castro, 2005, p.69).

Partindo desse pressuposto, compreendemos que a EA é um elemento fundamental para formação de um pensamento crítico, como elemento propulsor da consciência ambiental (Leff, 2010).

### **Protocolo Comunitário e Vivências na Comunidade de São Tomé do Macacoari**

O Protocolo Comunitário do Beira Amazonas é um documento criado por comunidades tradicionais do Amapá que define regras internas para a relação entre a comunidade e o mundo exterior, e reflete as características tradicionais da região.

A metodologia foi desenvolvida pelo GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), em que provoca a articulação de atores sociais locais (lideranças comunitárias, jovens e mulheres) com o objetivo de fortalecer a gestão dos recursos naturais e a governança de um território. O protocolo comunitário é uma ferramenta que ajuda as comunidades a se organizarem e a fortalecerem as economias de base comunitária e preservação dos saberes locais e tradicionais do Beira Amazonas, bem como a difusão de conhecimento

e diálogos coletivos sobre melhorias do bem-viver das comunidades e o acesso a políticas públicas que fortaleçam suas existências dentro do território.

De acordo com a representante do GT da juventude do protocolo do Beira Amazonas, a criação do grupo de trabalho da juventude e das mulheres tinha como finalidade a luta coletiva em defesa do território, educação, acesso a serviços saúde e o fortalecimento das cadeias produtivas de base comunitária, para construção de um processo de uma economia solidária com justiça social e sustentabilidade, como podemos observar nos relatos:

O GT da juventude foi criado através do protocolo comunitário, através da criação do protocolo a gente viu a necessidade, né? De criar o GT da juventude GT das mulheres, que a gente se sentasse com cada grupo e olhasse as necessidades, dos jovens, das mulheres, e com a criação do GT na sua representação tinha jovens, e representantes de cada uma das comunidades que faziam parte do protocolo. Um dos nossos trabalhos com a juventude foi a criação da nossa carta da juventude, que dentro dessa carta da juventude a gente falava um pouco sobre a nossa realidade; o que a gente queria no nosso território enquanto jovem, extrativista, filho de agricultor, filho produtor, o acesso a políticas públicas e curso- profissionalizante para os jovens dentro dos nossos territórios (Colaborador 02).

A organicidade das juventudes oportuniza a renovação de lideranças nos movimentos e organizações sociais existentes nas comunidades e territórios, e ao mesmo tempo, fortalece o pertencimento das juventudes às comunidades, estimulando o sentimento de inclusão, de identificação, de autodeclaração, de apropriação e de valorização dos territórios com seus saberes e senti-pensares, com suas epistemologias de tradição ancestral, aos poucos as juventudes vão compreendendo que elas não estão simplesmente no território, mas que a organização e mobilização social é uma exigência para a proteção e defesa da Amazônia, da natureza, do meio ambiente, da floresta e do território e de suas territorialidades, como podemos observar na figura 3.

Figura 3: Encontro do GT da juventude do Beira Amazonas-AP



Fonte: GT da juventude (2022).

A Carta da juventude destaca o papel estratégico das juventudes em defesa da Amazônia, com a construção de políticas públicas incluindo a sua participação e representação, no enfrentamento da crise climática mundial, com sua inserção e conexão com espaços de controle social e de deliberação nacional e internacional, que asseguram financiamento para afirmar as políticas de juventude e sua incidência sobre as medidas que afetam seus territórios.

A construção coletiva deste protocolo sela o compromisso que cada um dos indivíduos possui com seu lugar e com o planeta. Neste sentido, podemos afirmar que os momentos de convivência com os coletivos da juventude, são fundamentais para que possamos compreender as relações ambiente e sociedade, em que as ações de comunicação de conhecimentos, experiências e vivências coletivas, são processos de afirmação de nossas amazonidades pluriversas e do reconhecimento de nossos pertencimentos amazônicos, e parafraseando Miguel Arroyo (2017): *Se os Sujeitos são outros... Os territórios são outros... As Pedagogias têm que ser outras!*

Assim, a EA, deve contribuir para a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes vinculadas aos saberes tradicionais, não como ensino formal escolar, mas permitindo que os povos e comunidades das florestas e dos rios, se reafirmem como guardiões da sustentabilidade socioambiental e na defesa de seus territórios de vida.

## CONCLUSÃO

Os resultados apresentados evidenciam a complexidade e diversidade das comunidades inseridas no território Beira Amazonas, com dados que destacam tanto a riqueza cultural, a beleza natural e os desafios socioambientais existentes, uma vez que a ausência de políticas públicas adequadas, especialmente voltadas para as comunidades tradicionais, compromete o desenvolvimento sustentável dessas populações, que dependem, em grande parte, de atividades como o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca para sua subsistência. A implementação de políticas públicas eficazes é, portanto, essencial para garantir condições de vida dignas, com investimentos em infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico.

O protocolo comunitário do Beira Amazonas surge como uma ferramenta fundamental na articulação dessas demandas, reunindo grupos de trabalho que visam promover melhorias em áreas estratégicas para a população local, com especial atenção

às necessidades da juventude, que é diretamente afetada pela falta de oportunidades e de suporte governamental. A criação de espaços de diálogo entre as comunidades e o poder público é um passo necessário para que as políticas sejam não apenas implementadas, mas também adaptadas às realidades e especificidades de cada localidade.

Por fim, o processo de construção do protocolo comunitário traz implícito um processo pedagógico que surge não somente para proteção da cultura tradicional, da preservação local, mas também traz em seu bojo a necessidade de formar educadores ambientais comprometidos com a transformação da realidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. In: **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª edição, p. 200-203, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. rev. e ampl. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, p. 255, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 1º. Edição. São Paulo: Cortez: Biblioteca da Educação, p. 375, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: 2000.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, 3ª edição: Artmed, 2009.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; FERREIRA, Robson da Costa; SOUSA, Francelle Benedito Baldez. Análise socioambiental de uma comunidade costeira amazônica amapaense. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 24, n. 2, p. 380-398, 2019.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico

Amapaense. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 4, p. 28-43, 2020.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas (Orgs.). **Rio de Saberes: vivências de populações tradicionais na construção de seus territórios de vida na Amazônia Oriental – Amapá**. Curitiba: CRV, 2022.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas. Educação ambiental: A práxis educativa em alternância na Amazônia amapaense. **Humanidades & inovação**, v. 9, n. 13, p. 207-218, 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Distorção idade-série 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, p.55, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LIMA, Pedro. **Sustentabilidade e economia em comunidades tradicionais: a importância do extrativismo e da agricultura familiar**. São Paulo: Editora ABC, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimento sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs). Educação ambiental repensando o espaço de cidadania. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINEZ-ALIER, Juan. El ecologismo popular. **Ecosistemas**, v. 16, n. 3, 2007.

NOBRE, Elice Martins. **Práticas comunitárias em educação ambiental: saberes e vivências na construção do protocolo comunitário do Beira Amazonas, Brasil**. Cocar, n. 22, 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: vozes. 2010.

OLIVEIRA, Renata. **Economia informal em comunidades tradicionais**. Rio de Janeiro: Editora PQR, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUSA, Francele Benedito Baldez. **Unidades de paisagens e saberes locais: estratégias para o planejamento ambiental no Arquipélago do Bailique na Amazônia Oriental**, 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: 4.<sup>a</sup> edição: Bookman, 2010.